Linha Amarela S.A. - LAMSA

CNPJ: 00.974.211/0001-25

Cláusulas restritivas

Empresa	Dívida	Covenants	Limite	Apuração
LAMSA	2ª Emissão de Debêntures (CEF)	ICSD	≥ 1,3	Anual
		DL/EBITDA	≤ 2	Trimestral(II)
		EBITDA/DFL	≥ 1,5	Trimestral(II)

(II) A quebra do *Covenants* só ocorrerá no caso de descumprimento do índice no período de 12 meses. Durante o prazo de vigência das debêntures será considerada um evento de inadimplemento a não observância e não manutenção dos seguintes índices financeiros mínimos, a partir da data de emissão: (1) EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas limite mínimo 1,5 (um inteiro e cinco décimos); (2) Dívida Líquida / EBITDA limite máximo 2,0 (dois inteiros); e (3) ICSD limite mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos). A falta de cumprimento pela Companhia dos índices anteriormente mencionados somente ficará caracterizada quando verificada nas suas informações financeiras trimestrais e auditadas por, no mínimo, 2 (dois) trimestres civis consecutivos, ou, ainda, por 2 (dois) trimestres civis não consecutivos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro de 2020, houve não atingimento do ICSD. Devido ao processo de encampação e o não atingimento do índice financeiro da LAMSA, sua dívida foi toda reclassificada para o curto prazo. Hipóteses de Vencimento Antecipado. • Os contratos de financiamento na Companhia, na controladora Invepar e nas partes relacionadas LAMSA, Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (METRORIO), Concessionária Litoral Norte S.A. (CLN) e Concessionária do Aeroporto de Guarulhos S.A. (GRU AIRPORT) possuem cláusulas restritivas limitando o endividamento, contratação de novas dívidas, e emissão de novos valores mobiliários, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões. • Os contratos de financiamento na Companhia, na controladora Invepar e nas partes relacionadas METRORIO, METROBARRA, CLN e GRU AIRPORT possuem cláusulas de restrições à distribuição de dividendos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões. • Os contratos de financiamento na Companhia, na controladora Invepar e nas partes relacionadas LAMSA, METRORIO, GRU AIRPORT e CLN possuem cláusulas de restrições à alienação de ativos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões. • Os contratos de financiamento de longo prazo na Companhia, na controladora Invepar e nas partes relacionadas LAMSA, CLN, METRORIO, METROBARRA CLN e GRU AIRPORT possuem cláusulas de restrições à alienação de controle acionário regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões. No cenário, em que haja o vencimento das debêntures da Companhia, e a dívida não seja quitada pela Companhia, a fiança do METRORIO poderá ser chamada, sendo que esta fiança está limitada a R$ 93.280. Rebaixamento de rating. Em 08 de novembro de 2019, a Moody's rebaixou os ratings atribuídos às debêntures da LAMSA de Baa1.br para Ba3.br, na escala nacional brasileira. Conforme tal relatório, não houve aumento de risco operacional ou perda de tráfego e a queda do rating foi em decorrência de atos tomados pelo Poder Concedente. Em 08 de abril de 2020, a agência de classificação de riscos Moody's Corporation alterou a classificação de risco atribuída à 2ª emissão de debêntures privada da LAMSA, passando de 'BA3 - br' para 'B2 - br' na escala nacional. O rating na escala global foi mantido em 'B3'. A ação de rating atual deriva do momento sem precedentes vivenciado pela economia global devido à rápida e crescente disseminação do surto de Corona vírus – Covid-19 – gerando impacto no fluxo de veículos da concessão e, consequentemente, em seu risco de crédito. A escritura das debêntures possui como uma das hipóteses de vencimento antecipado, a obrigação de manutenção da classificação de risco igual ou superior a "Baa1.br", portanto, maior que a classificação atual. Para que não haja decretação de vencimento antecipado, é necessária convocação de Assembleia Geral de Debenturistas – AGD. Na AGD de 31 de julho de 2020, os debenturistas deliberaram sobre a não declaração de vencimento antecipado das debêntures em razão dos rebaixamentos da classificação de risco atribuído à Emissão com renúncia temporária da cláusula de rating mínimo pelo prazo de 12 (doze) meses. Em 21 de setembro de 2020, em decorrência da decisão do Superior Tribunal de Justiça, do dia 15 de setembro de 2020, que suspendeu as liminares que impediam a encampação da concessão da via expressa Linha Amarela, objeto de contrato entre a LAMSA e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, a agência de classificação de riscos Moody's Corporation alterou a classificação de risco atribuída à 2ª emissão de debêntures privada da LAMSA ("Emissão" ou "Debêntures"), passando de 'B2.br' para 'Caa1.br' na escala nacional, e de 'B3' para 'Caa1' na escala global. Esse rebaixamento não gera impacto na emissão de debêntures, dada a aprovação mencionada no parágrafo anterior. **13. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Com base na opinião de seus consultores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, cujas perdas foram consideradas como prováveis, como segue: Composição dos riscos

	31/12/2020		
	Probabilidade de perda		
Natureza do risco	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	2.982	4.854	7.836
Cíveis	8.057	10.821	18.878
Tributário	–	2.576	2.576
Total	11.039	18.251	29.290

	31/12/2019		
	Probabilidade de perda		
Natureza do risco	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	2.896	6.116	9.012
Cíveis	685	11.311	11.996
Tributário	–	2.309	2.309
Total	3.581	19.736	23.317

a) Movimentação dos riscos prováveis

Natureza do risco	31/12/2019	Adições	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	31/12/2020
Trabalhistas	2.897	1.011	(1.288)	365	2.983
Cíveis	685	6.768	(487)	1.091	8.057
Total	3.581	7.779	(1.775)	1.455	11.039

Natureza do risco	31/12/2018	Adições	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	31/12/2019
Trabalhistas	984	2.269	(468)	112	2.897
Cíveis	687	1.285	(1.312)	24	685
Total	1.672	264	(1.780)	136	3.581

Riscos trabalhistas: A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e ex-colaboradores terceireizados, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de verbas rescisórias, reintegração, equiparação salarial, dentre outros, sendo os pedidos de ex-colaboradores terceirizados, em sua maioria, de responsabilidade subsidiária. Riscos cíveis: A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de acidentes e incidentes ocorridos no sistema rodoviário. Em 31 de dezembro de 2020, provisão cível está representada substancialmente, por ação indenizatória, em trâmite perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJERJ, no qual os autores postulam indenizações por danos morais e materiais, em decorrência do falecimento do ex-marido e pai dos autores, ocorrido no dia 11 de maio de 1999, em razão de acidente de trânsito. O acidente ocorreu fora dos limites da concessão e, por esse motivo, a Companhia entende que a indenização não é devida. Durante a instrução probatória, a Prefeitura Municipal encaminhou ofício esclarecendo que a Av. Ayrton Senna não estaria dentro do trecho da concessão da Linha Amarela. Foram proferidas duas sentenças em primeira instância no curso do processo, ambas com julgamentos improcedentes, favoráveis à LAMSA. Todavia, o TJERJ anulou a primeira e reformou a segunda para condenar a LAMSA ao pagamento de danos morais, materiais e pensionamento. A LAMSA vem buscando a reversão do julgado perante o Superior Tribunal de Justiça. Todavia, o autor ingressou com o incidente de cumprimento provisório de sentença e pleiteou o pagamento dos valores conferidos em sentença, que somam R$ 6.835. Para evitar penhora ou outra constrição perante a LAMSA, foi realizado o depósito em garantia nos autos e apresentado impugnação, discutindo os valores apresentados e a necessidade de caução pelo autor para que seja levantado o valor depositado. Aguarda-se decisões a serem proferidas tanto pelo STJ quanto nos autos da execução provisória. **14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO:** a) Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de R$60.953 (R$ 54.118 em 31 de dezembro de 2019), divididos em 166.162.813 ações, sendo 55.387.601 ações ordinárias e 110.775.212 ações preferenciais, sem valor nominal e não conversíveis entre si. Em 15 de outubro de 2020 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R$6.835, mediante a emissão privada de 10.380.577 ações, sendo 3.460.192 novas ações ordinárias e 6.920.385 novas ações preferenciais. b) Reserva legal: A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social, conforme Art. 193 da lei das sociedades por ações. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo dessa reserva apresenta o montante de R$12.191 (R$10.824 e 31 de dezembro de 2019). c) Dividendos e juros sobre o capital próprio: O Estatuto Social da Companhia prevê pagamento de dividendos anuais de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, o Estatuto Social determina que a Companhia poderá levantar balanços semestrais e sobre estes decidir o pagamento de dividendos e juros sobre capital, sendo está uma atribuição conferida ao Conselho de Administração. Em 15 de outubro de 2019, o Conselho de Administração, por unanimidade de votos, aprovou a antecipação de distribuição de dividendos pela Companhia no valor de R$51.355, com base no resultado do segundo trimestre de 2019. Em 04 de dezembro de 2019, a Companhia provisionou o montante de R$5.374 referente a juros sobre capital próprio ("JSCP"), com base no resultado acumulado até 31 de outubro de 2019, onde foi retido R$806 de IRRF. Em 30 de abril de 2020, o Conselho de Administração, por unanimidade de votos, aprovou a distribuição de dividendos adicionais no valor de R$ 54.732, com base nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercíco social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Em 27 de agosto de 2020 foram pagos Dividendos no montante de R$ 19.804 aprovados para pagamento em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), referente ao ano de 2018. O saldo de Dividendos e JSCP a pagar em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 que constam em aberto, e estão a seguir:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Dividendos 2018	28.345	48.149
Dividendos 2019	106.087	51.355
JSCP 2019	4.568	4.568
Dividendos 2020	7.860	–
Total	146.860	104.072

O cálculo do dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2020 e de 2019 foam realizados conforme abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	32.807	111.461
Constituição de reserva legal	1.367	–
Dividendos propostos	7.860	51.355
Juros sobre capital próprio	–	5.374
Dividendos adicionais a distribuir	23.580	54.732

As ações preferenciais não têm direito a voto e tem direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado conforme Estatuto Social. d) Adiantamento para futuro aumento de capital: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 ocorreu adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R$ 13.000.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2020	31/12/2019
Receita de pedágio	167.807	310.722
Impostos, deduções e cancelamentos	(14.516)	(26.877)
Receita operacional líquida	153.291	283.844

Conforme mencionado na Nota explicativa nº. 1.2, a Companhia encontra-se em processo de encampação e portanto com sua operação e receita de pedágio suspensa no último trimestre de 2020.

16. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(24.050)	(28.165)
Conservação e manutenção	(11.060)	(11.073)
Despesas adminstrativas	(24.326)	(23.250)
Operacionais	(14.290)	(14.315)
Depreciação e amortização	(23.243)	(23.907)
Perda no recebimento de crédito	(763)	(830)
Riscos	(6.004)	(4.147)
Outras receitas (despesas) operacionais	3.500	1.646
	(100.236)	(104.041)
Custo de serviços prestados	(49.894)	(69.826)
Despesas gerais e administrativas	(53.842)	(35.861)
Outras receitas (despesas) operacionais	3.500	1.646
	(100.236)	(104.041)

Conforme mencionado na nota 1.2, a Companhia encontra-se em processo de encampação e portanto com sua operação suspensa no último trimestre de 2020, fato que acarretou o reconhecimento dos custos de operação como despesas para adequação ao conceito contábil.

17. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras		
Desconto obtidos	4	21
Juros sobre aplicações financeiras	489	1.036
Variação monetária ativa	2.182	298
Variação cambial ativa	751	5.400
Operações de instrumentos financeiros derivativos	1.562	3.207
Juros sobre debêntures	8.138	9.318
Total receitas financeiras	13.126	19.280
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias (a)	(1.244)	(377)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(206)	(1.112)
Operações de hedge	–	(2.985)
Variação monetária passiva	(1.577)	(226)
Variações cambiais passivas	(2.384)	(6.066)
Juros sobre debêntures	(20.344)	(23.455)
Outros	(161)	(143)
Total despesas financeiras	(25.916)	(34.364)
Total resultado financeiro	(12.790)	(15.084)

18. RESULTADO POR AÇÃO: O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Lucro atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	10.826	21.981	32.807	36.782	74.679	111.461
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	55.388	110.775	166.163	51.927	103.855	155.782
Lucro básico e diluído por ação (R$)	0,1974	0,1974		0,7155	0,7155	

19. SEGUROS: A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

		Vigência			
Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Início	Vencimento	Seguradora	Objeto
Garantia	R$ 28.834	18/12/2020	18/12/2021	BMG	(a)
Responsabilidade civil	R$ 100.000	01/08/2020	01/08/2021	Tokio Marine	(b)
Riscos operacionais	R$ 280.000	01/08/2020	01/08/2021	Tokio Marine	(c)
D&O	R$ 100.000	04/05/2020	04/05/2021	Star Companies	–
AUTO FROTA	100 % FIPE	24/08/2020	24/08/2021	Porto Seguro	–

(a) Garantir o cumprimento das obrigações oriundas do contrato de concessão nº 513/94 datado em 09 de dezembro de 1994 e do 11º Termo Aditivo, compreendendo a operação e manutenção da via do subtrecho da Linha Amarelo entre a Cidade de Deus (KM 6) e o viaduto Sampaio Corrêa (KM 21) e a Ilha do Fundão. (b) Garantir até o limite máximo da importância segurada perdas resultantes de danos corporais e materiais causados a terceiros, decorrentes da operação da empresa segurada , desde que sejam involutários e acidentais. O seguro garante o pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou despendidas pelo segurado, nas reparações de danos involutários, materiais e /ou corporais causados a terceiros, e /ou nas ações emergências empreendidas, com objetivo de evitá-lo ou minerar seus efeitos. (c) Garantir até o limite máximo da importância segurada danos acidentais causados aos veículos segurado, que o Segurado venha a sofrer em consequência dos riscos cobertos aos bens segurados, enquanto estiverem nos locais definidos na apólice. Condição igualmente aplicável quando realização de obras de reforma e /ou ampliação. Garantir também o limite máximo da indenização a cobertura de Lucros Cessantes pela perda temporário de receita, decorrente da interrupção das atividades causadas por danos matérias à empresa segurada. O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros. **20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:** Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2020 e de 2019 correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão apresentados a seguir:

	31/12/2020		31/12/2019	
Instrumentos financeiros	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	9.960	–	15.759	–
Créditos a receber	–	–	–	16.981
Debêntures	–	93.280	–	95.286
Partes relacionadas	–	323	–	323
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	810	–
Total do ativo	9.960	93.603	16.569	112.590
Passivos				
Fornecedores	–	7.136	–	10.859
Partes relacionadas	–	5.313	–	2.987
Empréstimos e financiamentos	–	–	–	8.105
Debêntures	–	206.788	–	239.016
Total do passivo	–	219.237	–	260.967

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado se aproximam do valor de mercado. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado. Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado: • Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado semelhantes aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento. b) Exposição a riscos de taxas de juros. Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI. As taxas de juros das debêntures estão vinculadas à variação da TR. c) Risco de taxa de câmbio. A Companhia gerencia seu risco de câmbio por meio de transações de *hedge* que devam ocorrer no período mínimo de doze meses. Transações para as quais haja incertezas são cobertas por *hedge* por prazo indeterminado. É política da Companhia negociar os termos dos derivativos designados na relação de *hedge,* mantendo uma correspondência com os termos dos itens objeto do *hedge* de modo a maximizar a eficácia do *hedge*. A Companhia mantém cobertura (*hedge*) para suas exposições a flutuações na conversão para reais de suas operações no exterior, mantendo empréstimos a pagar líquidos em moedas estrangeiras e utilizando *swaps* de moedas e contratos cambiais a termo. d) Concentração de risco de crédito: Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. e) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros: A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros das debêntures, operações financeiras e empréstimos. No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, aquilo que a Companhia espera que se concretize; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
DI Ativo (% ao ano)	2,69%	2,02%	1,35%
DI Passivo (% ao ano)	2,69%	3,36%	4,04%
TR Ativo (% ao ano)	0,10%	0,08%	0,05%
TR Passivo (% ao ano)	0,10%	0,13%	0,15%

Os indicadores utilizados para 2020 foram obtidos das projeções do Bacen, com exceção da TR, que foi utilizada a média dos três maiores bancos privados de acordo com o ranking do Banco Central. Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário. *Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros:* A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo: Ativo Financeiro

Operação	Risco/ indexador	Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Equivalente de caixa	DI	9.960	268	201	134
Debêntures	TR	93.280	93	70	47
Total		103.240	361	271	181

Passivo Financeiro

Operação	Risco/ indexador	Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Debêntures	TR	206.788	207	258	310
Total		206.788	207	258	310

f) Gestão do capital: O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. g) Risco de taxa de câmbio: Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das obrigações que a mesma assumiu, a Companhia possui empréstimos em moeda estrangeira. h) Derivativos: A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, sejam de natureza operacional ou financeira, ou ainda, eventualmente, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com esses passivos, ou, como exposto, eventualmente algum ativo, vedada a alavancagem através de tais operações. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possui operações com características de *hedge,* enquanto que em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía o montante de R$810.

continua

Imprensa Oficial — GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO — documento assinado digitalmente

A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Segunda-feira, 29 de Março de 2021 às 22:58:13 -0300.